CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ (29/11)



Fio Direto

SUELY ARANTES

TCE diz que exclusão de pensionistas e IR dos gastos com pessoal é inconstitucional

O Tribunal de Contas do Estado negou a aplicação das emendas nº 54 e 55/2017, que alteraram a Constituição Estadual para excluir, no cômputo dos limites globais de despesas com pessoal, os gastos com pensionistas e os valores referentes ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais. O Acórdão, relatado pelo conselheiro Kennedy Trindade na sessão plenária da última quarta-feira, nega aplicação ao parágrafo 8º do artigo 113 da Constituição do Estado e estabelece que seus efeitos passam a valer a partir de 1º de outubro de 2019. A data é da publicação de decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6129, do Supremo Tribunal Federal, que trata da mesma matéria.

Assim, os Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) elaborados a partir da referida data, devem observar as regras definidas pela Corte de Contas, afastando-se os efeitos do §8º do art. 113 da Constituição Estadual, até a apreciação em definitivo pelo STF. O voto do relator foi seguido pela maioria dos conselheiros, com Saulo Mesquita divergido apenas quanto ao período estabelecido, concordando, porém, com o mérito.



DIÁRIO DA MANHÃ (29/11)

Projeto de Caiado moderniza estatuto do servidor estadual

Servidor público de Goiás ganha licença para capacitação, auxílio alimentação e ampliação de adicional noturno. Projeto será debatido na Assembleia Legislativa

Welliton Carlos

Para atender a uma nova realidade e aproximar a legislação estadual da federal, o Governo de Goiás prepara uma série de medidas que possa atualizar o Estatuto do Servidor Público.

Uma das mudanças ao conjunto de artigos sancionado em 1988 amplia o direto ao adicional noturno para todos servidores – na atualidade, a regra vale para o magistério.

Outra mudança é a criação da licença para capacitação, que substituirá a licença-prêmio, considerada por muitos administrativistas como ilegal.

Na modalidade de licença-prêmio, o servidor público, a cada quinquênio, tem direito a um período sabático de 90 dias sem trabalhar. O governo moderniza: o servidor não poderá também 'vender' o período (como ocorre hoje) para a administração pública, mas terá o direito de usar o período para se aprimorar em cursos.

A modificação na licença por motivos de saúde é outra possibilidade legislativa que beneficia o servidor público – principalmente aquele que atua no interior.

Caso aprovado, o projeto de lei garantirá perícia médica por videoconferência. Atestado e exames também serão comunicados por via eletrônica.

As medidas apresentadas pelo governo visam atualizar o serviço público. Ao mesmo tempo adequa o estatuto goiano ao federal em muitos princípios, como legalidade e eficiência, avança e pode servir de exemplo para outros estados e mesmo União, que cogita para 2020 ampla reforma administrativa no serviço público.

Apesar dos entes serem independentes e não subordinados no federalismo, existe uma série de princípios administrativos e constitucionais que orienta os estados a terem similaridades no âmbito da condução do serviço público – daí a necessidade de adequação de todas esferas.



Ronaldo Caiado: valorização do servidor público goiano

AUSTERIDADE

Na medida em que protege o servidor e amplia garantias, a proposta do Governo de Goiás chama atenção pela austeridade. As diárias compensatórias – muitas vezes consideradas abusivas quando desviam de sua real finalidade – serão concedidas quando ocorrer entendimento de que o servidor teve gastos extras durante a execução dos atos administrativos.

Esta medida e a mudança do enfoque das licenças é um indicativo de que o Governo de Goiás vai buscar o modelo de austeridade e moralizador – medidas que podem ajudar o Estado a obter apoio financeiro da União e mesmo a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), caso decida por este caminho.

ALTERNATIVA

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, tem defendido a RRF como uma alternativa para que o governador possa voltar a ter capacidade de investimentos e aplicar seu plano de governo.

A leitura da realidade do Estado, tem dito a secretária, é de que Goiás precisa de um "plano" para seguir e buscar uma austeridade sadia e dentro dos limites da lei. Por isso a reformas tributária (caso dos incentivos fiscais) e da previdência são urgentes para que Goiás seja aceito no "clube" dos estados que estão em RRF.

Goiás perde anualmente quase R$ 3 bi com o pagamento de previdência dos servidores, já que ela opera no vermelho e o ente acaba tendo que pagar aposentados e pensionistas – ainda que a contrapartida seja exígua em conta.

A penúria fiscal, diz Cristiane Schmidt, só será superada com a determinação do Estado realmente se conscientizar dos números reais. Daí a luta dos gestores contra o excesso de incentivo fiscais, que tiram R$ 10 bilhões do orçamento público para atender grandes empresas, enquanto o Estado necessita cuidar de hospitais, escolas, estradas, etc.

O POPULAR (29/11)

Cortes de benefícios devem gerar R$ 1,6 bi de economia

ESTATUTO DO SERVIDOR Além de modificar regras do serviço público estadual, projeto propõe alterar também normas do magistério na educação básica e profissional

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

O Estado prevê economia de R$ 1,6 bilhão nos próximos seis anos, caso os projetos que tratam de mudanças nos estatutos dos servidores públicos estaduais sejam aprovados pela Assembleia Legislativa. As duas propostas chegaram à Casa na quarta-feira (27) e preveem fim de benefícios a servidores e profissionais da Educação, como licença-prêmio, licença remunerada para exercício de mandato classista, pagamento de jetons, adicional por tempo de serviço, além da possibilidade de redução de carga horária com corte proporcional de salários.

O governo está revogando a lei do estatuto atual dos servidores civis, fazendo uma série de modificações em regras relacionadas ao serviço público e, além desse projeto, foi enviada também uma proposta com mudanças no estatuto do magistério público estadual da educação básica e da educação profissional. Com o primeiro, o governo prevê uma economia de R$ 957,6 milhões ao fim de 2025; com o segundo, R$ 665,7 milhões.

O principal ponto de corte é justamente a licença-prêmio, como publicado pelo POPULAR ontem. Para os servidores em geral, a economia prevista com o fim desse benefício é R$ 799,4 milhões; para o magistério, R$ 568,9 milhões. Os textos substituem a licença-prêmio, benefício que concede aos servidores período de descanso de três meses a cada cinco anos de efetivo trabalho, pela "licença para capacitação", em que o afastamento do servidor fica condicionado à comprovação de ao menos um curso de qualificação profissional durante o período.

A economia deve vir na mudança do texto. Atualmente, caso não usufrua da licença-prêmio, o servidor pode requerer, depois, recebê-lo em dinheiro; com a nova redação, essa possibilidade deixa de existir, visto que o benefício passa a ser não acumulável, vedando também sua possível conversão em pecúnia. A segunda maior redução de gastos deve vir do fim do adicional por tempo de serviço: R$ 158 milhões no caso dos servidores e R$ 112,9 milhões no do magistério.

Os demais pontos de modificação tratam do fim de licença remunerada para exercício de mandato classista, de mudanças nas regras para licença por doença em pessoa da família, no fim de cessão de servidores com ônus para o Executivo – à exceção para a Assembleia Legislativa – e fim do pagamento de jetons.

Os textos regulamentam ainda o adicional noturno com acréscimo de 20% sobre o valor-hora dos servidores que trabalharem entre as 22 horas e as 5 horas da manhã; e da assistência pré-escolar, que dará R$ 200 de auxílio a servidores com salário de até R$ 5,5 mil e que possua dependentes de seis meses a cinco anos de idade ou com deficiência.

RECEPÇÃO

Os projetos foram recebidos com cautela pelos deputados da base governista, sobretudo por aqueles que são servidores efetivos. Humberto Teófilo (PSL), por exemplo, diz que, embora seja da "base do governador" não votará favorável a projetos como a PEC da Previdência e o novo estatuto do servidor. "Não tenho como votar favorável e vou fazer emendas para mudar esses projetos."

Major Araújo (PSL) diz que não dá para "impor mais sacrifícios ao servidor", enquanto Eduardo Prado (PV) relata que conversas serão feitas "para que os servidores não sejam prejudicados". Mesmo discurso de Amilton Filho (SD): "Vamos conversar com o governo e com os servidores para amadurecer o diálogo e chegar a um consenso".

Virmondes Cruvinel (Cidadania) explica que "é preciso respeitar as adequações à lei federal, mas também os direitos adquiridos". No caso da licença-prêmio, por exemplo, afirma ser "um direito que foi assegurado aos servidores por vários anos" e aponta que poderá haver negociação, visto que "há muitos benefícios assegurados na lei federal que ainda não foram aplicados no Estado".

Sobre a resistência dos próprios deputados da base a pontos das propostas, o líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), relata que "tudo será dialogado". "Vamos mostrar a importância de cada artigo para o governo do Estado. Vejo com naturalidade a preocupação dos pares, mas temos que olhar o Estado como um todo."

Humberto Aidar (MDB), por outro lado, garante que as propostas serão aprovadas. "Até porque uma das grandes demandas dos deputados é o pagamento de emendas e o governo já começou a pagar. É claro que o governador não vai ficar também com uma pista de mão única e vai exigir aos deputados que sejam governo nessa hora."

Impacto financeiro estimando com o novo Estatuto do Servidor

Magistério
2020

Descrição	Quantidade	Impacto
Fim de licença remunerada para exercício de mandato classista	7	-R$ 432,6 mil
Fim do adicional por tempo de serviço	2.355	-R$ 3,9 milhões
Mudanças na licença por doença em pessoa da família	-	-R$ 389,4 mil
Fim da licença-prêmio	2.825	-R$ 145,7 milhões
Adicional noturno (20%)	2.371	+R$ 2,9 milhões
Assistência pré-escolar (R$ 200)	107	+R$ 278,4 mil
Total	**7665**	**-R$ 147,3 milhões**
2021:		-R$ 19,7 milhões
2022:		-R$ 22,8 milhões
2023:		-R$ 42,3 milhões
2024:		-R$ 361,8 milhões
2025:		-R$ 71,5 milhões
Total:		**-R$ 665,7 milhões**

Demais servidores
2020

Descrição	Quantidade	Impacto
Fim de cessão de servidores com ônus para o Executivo*	30	-R$ 5,6 milhões
Fim de jetons	20	-R$ 87,1 mil
Carga horária dobrada	5	-R$ 231,3 mil
Fim de licença remunerada para exercício de mandato classista	26	-R$ 4,3 milhões
Fim do adicional por tempo de serviço	4.623	-R$ 6,6 milhões
Mudanças na licença por doença em pessoa da família	-	-R$ 672,2 mil
Redução de carga horária de 8 horas para 6 horas diárias	124	-R$ 3,4 milhões
Fim da licença-prêmio	3.043	-R$ 469,8 milhões
Adicional noturno (20%)	3.892	+R$ 9,8 milhões
Assistência pré-escolar (R$ 200)	496	+R$ 1,3 milhões
Total	**12.259**	**-R$ 479,7 milhões**
2021:		-R$ 107,3 milhões
2022:		-R$ 83,1 milhões
2023:		-R$ 95,7 milhões
2024:		-R$ 106,2 milhões
2025:		-R$ 85,3 milhões
Total:		**-R$ 957,6 milhões**

Impacto total em seis anos: -R$ 1,6 bilhão
*Exceção para a Assembleia Legislativa

Previdência fica para 2020, garante procuradoria

Nota técnica da procuradoria da Assembleia Legislativa a que o POPULAR teve acesso garante que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência não pode ser votada neste ano por vedação do regimento interno da Casa.

Como mostrou o POPULAR na terça-feira (26), o regimento interno determina que projetos de emenda constitucional, depois de apresentados à mesa diretora da Casa, devem ser encaminhados à publicação e à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguardarão "a apresentação de emendas pelo prazo de 10 sessões ordinárias do plenário".

Porém, enviada à CCJ na terça-feira (26), o projeto só terá oito sessões ordinárias neste ano, visto que as sessões ordinárias vão até 15 de dezembro. Segundo a nota técnica da procuradoria do Legislativo estadual, o prazo "não pode ser contado a partir do dia 16 de dezembro, porquanto iniciado o recesso parlamentar, durante o qual eventual realização de sessões extraordinárias não serão computadas na contagem do prazo".

SEM BRECHA

Deputados ligados ao governo tentavam achar brecha no regimento para que o projeto pudesse ser votado ainda neste ano. Contudo, como houve atraso na publicação da matéria, já não há tempo hábil. A estratégia era iniciar a contagem do prazo no dia 26 de novembro, quando a CCJ recebeu a proposta, fazendo a contagem de nove sessões ordinárias até 12 de dezembro. Como o dia 15 cai no domingo, o discurso era de que a sessão do dia 17 poderia ser contada como ordinária, garantindo o prazo regimental.

Contudo, isso deve ser questionado. O deputado de oposição Cláudio Meirelles (PTC) diz que prepara para entrar com ação na Justiça contra a PEC. Isso porque, segundo o regimento interno da Assembleia, a contagem do prazo só poderia começar a correr no dia seguinte ao recebimento da proposta na comissão, isto é, dia 27, fazendo com que a PEC conte apenas oito sessões ordinárias neste ano. "Trata-se de um equívoco processual", afirma Cláudio.

Dessa forma, o texto da PEC, que é de interesse do governo, só poderá voltar a tramitar depois de 18 de fevereiro de 2020, quando a Assembleia volta aos trabalhos.

O POPULAR (29/11)

Cirurgias eletivas são suspensas no Hugo

SAÚDE Em processo de transição para gestão de nova OS, hospital tem sido alvo de protestos por parte de servidores, inclusive concursados que foram transferidos pela secretaria estadual

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br



Fátima Gomes dos Santos, de 43 anos, aguarda resposta para a espera de duas semanas do pai, José Maria, de 74, por uma cirurgia no Hugo

A suspensão de cirurgias eletivas no Hospital de Urgências de Goiânia Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) segue até as 23h59 desta sexta-feira, dia 29. Desde ontem, apenas atendimentos de urgência e emergência estão sendo realizados como forma de mobilização dos médicos que buscam diálogo com a organização social (OS) Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), que assume a gestão da unidade no domingo, dia 1º. A OS foi procurada pela reportagem e comunicou apenas que todas as informações estão sendo repassadas aos profissionais, sem dar mais detalhes.

Os atendimentos de retorno em ambulatório também estão suspensos. Só na área de ortopedia, por exemplo, cerca de 40 pessoas são atendidas por dia no ambulatório e dez cirurgias com residentes são realizadas.

O Instituto Haver, que ainda é o responsável pela gestão da unidade, informou que não foi possível fazer o levantamento sobre o número de cirurgias suspensas justamente pelo momento de transição. A Secretaria Estadual de Saúde (SES) também foi procurada para informar o número, que repassou a responsabilidade pela informação para o Haver. O INTS, apesar de já estar participando da transição da gestão, informou que não tem esta informação.

DRAMA

Ainda não há remarcação das cirurgias e as famílias estão apreensivas. Fátima Gomes dos Santos, 43 anos, é filha do aposentado José Maria Gomes dos Santos, de 74 anos, que está internado há duas semanas sem previsão de realizar a cirurgia.

Ontem ele chegou a ficar de jejum para passar pelo procedimento cirúrgico por conta de um atropelamento, mas foi informado da paralisação. "É um absurdo o que está acontecendo. Eu entendo a necessidade de definição dessas questões administrativas, mas somos pessoas que precisamos do serviço. Meu pai está aqui só tomando remédio, sentindo dores. Ele precisa da cirurgia", diz. Ela afirma que uma das justificativas dadas ontem para não realizarem o procedimento foi falta de material. "Eu falei que compraria, mas disseram que não é permitido."

> *"É um absurdo o que está acontecendo. Somos pessoas que precisam do serviço. Meu pai está aqui só tomando remédio, sentindo dores"*
>
> **Fátima Gomes dos Santos, cujo pai, José Maria, de 74, espera há duas semanas por uma cirurgia no Hugo**

Fátima detalha que o procedimento estava marcado para as 8 horas da manhã. "Ele teve o pé fraturado em quatro lugares no atropelamento. Ele reclama de dores o tempo inteiro. Às 3 horas da madrugada eu dei banho nele, mas depois passaram avisando que tinha sido cancelada. Meu pai estava em jejum e não deram refeição depois porque não estavam esperando. Ele ainda ficou com fome boa parte do dia", diz. Além disso, a mulher reclama das informações desencontradas. "Eles não nos falam o que realmente está acontecendo. Acho que nem eles sabem."

MUDANÇA

A presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Goiás (Simego), Franscine Leão, diz que, desde outubro, tenta conversar com o INTS para discutir os principais pontos de questionamento. Entre eles, os motivos das transferências de profissionais qualificados e capacitados para o atendimento de urgência e emergência para outras unidades, algumas até para áreas administrativas. "Estamos reivindicando transparência. Quarteirizar a assistência médica, como é o que tem sido sinalizado pelas medidas tomadas, não é um bom caminho, ainda mais quando tratamos de pacientes graves, como os traumatizados do Hugo, que dependem de um acompanhamento profissional adequado", ressalta.

> *"Estamos reivindicando transparência. Quarteirizar a assistência médica não é um bom caminho"*
>
> **Franscine Leão, presidente do Simego**

Franscine diz que nunca houve este tipo de ausência de diálogo numa transição de gestão e que uma nova assembleia dos profissionais pode ser chamada a qualquer momento para novas decisões. A OS foi questionada e disse que "esse assunto é afeito apenas ao Instituto Haver, não cabendo ao INTS qualquer manifestação". Sobre a alegação de que os profissionais estão sem informações devidas sobre a transição, a OS diz que não procede. "Poderemos ter novas decisões caso esta situação se mantenha", respondeu a presidente do Simego após o posicionamento do INTS.

A mobilização dos médicos e servidores começou depois da notícia de transferência de profissionais da unidade para outros locais. Na sexta-feira (22) a Secretaria Estadual de Saúde chegou a disponibilizar um link para que os profissionais indicassem possíveis unidades para as quais gostariam de ir. Mas segundo a presidente do sindicato, o acesso a esta página não esteve disponível nos últimos dias. "Mesmo assim muitos médicos não acessaram porque não têm a intenção de sair."

Na noite de ontem, a pasta soltou a lotação dos profissionais removidos do Hugo, mas esta informação não estava aberta ao público em geral, sendo restrito apenas aos próprios servidores consultar seu novo local de trabalho a partir da próxima segunda-feira, dia 2.

O POPULAR (29/11)

Médicos protestam contra remoção

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

Profissionais que atuam no Hospital de Urgências de Goiânia Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) estão com medo de que a transferência dos médicos cause queda na qualidade do atendimento prestado na unidade. A médica neurologista Helena Rezende diz que, para funcionar, a equipe precisa ser como um time. "Tem que ter sintonia e entrosamento. Essas mudanças causam receio justamente porque não sabemos se os profissionais que podem vir terão a capacidade e o conhecimento necessário para atender pacientes graves. Isso vale para médicos, enfermeiros, técnicos, pessoal da limpeza. É um atendimento específico e importante."

Ela é responsável na área de residência, ensino e pesquisa da unidade e está entre os 276 profissionais que estão à disposição da transferência anunciada pela Secretaria Estadual de Saúde (SES). Ontem eles fizeram um "velório" simbólico do hospital pelo medo que sentem com a mudança de gestão. O Hugo deixa de ser gerido amanhã pelo Instituto Haver e uma nova organização, o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS) assume.

Desde as primeiras horas desta quinta-feira, os médicos do Hugo fazem uma paralisação de advertência mantendo apenas atendimentos de urgência e emergência como preconiza a legislação. O protesto segue até a meia-noite de hoje, 29. A presidente do Sindicato dos Médicos de Goiás (Simego) disse que a grande preocupação é com prováveis desvios de funções. Um profissional da unidade contou para a reportagem que um colega chegou a ser transferido e ao chegar ao novo local de trabalho foi informado que teria que voltar ao antigo posto porque não havia espaço físico para recebê-lo. "O mais triste é pensar que é uma pessoa que tem uma qualificação específica para traumatizados e vai ser transferido para um departamento para bater carimbo", lamenta o profissional, que pediu para não ter o nome divulgado.

> *"Ainda não sabemos como vai ficar o serviço prestado, mas temos conversado com os pacientes. Não temos informações oficiais"*
>
> **Helena Rezende, médica**

Capitaneados pelo Simego e pelos Sindicatos dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SindSaúde), e dos Enfermeiros (Sieg), os trabalhadores removidos estão fazendo esta semana uma série de manifestações. No domingo, às 10 horas, no Hugo, dia em que o INTS assume a gestão da unidade, haverá novo protesto.

Secretário de Saúde de Goiás, Ismael Alexandrino garantiu em entrevista ao POPULAR que o atendimento no hospital não sofrerá mudanças. Ismael disse que atualmente o déficit de funcionários englobando administração central e superintendência é de quase 800. Por este motivo, os 276 trabalhadores que saem do Hugo serão remanejados. (Colaborou Malu Longo)

Fábio Lima



Caixão deixado na entrada do Hugo simbolizando velório em protesto

OPÇÃO(28/11)

Regularização

Após exoneração de servidores irregulares da UEG, haverá processo seletivo para reposição de professores

novembro 28, 2019 7:33 Por Elisama Ximenes

Edital é destinado à contratação de docentes e deve ser lançado em dezembro. Para os técnicos será utilizada reserva técnica do último concurso público de servidores efetivos

Como antecipado pelo Jornal Opção, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) começa a desligar servidores irregulares neste sábado, 30. Ato é resultado de uma ação civil pública proposta em 2012 e acatada em acórdão de março deste ano. Com isso, a instituição vai lançar processo seletivo para reposição das vagas dos professores.

De acordo com o cronograma anunciado pela universidade, além deste sábado, também no dia 15 de dezembro devem ocorrer os desligamentos, que somam demissões de 1.469 servidores, sendo 705 docentes e 764 técnicos administrativos — todos com contratos irregulares.

O reitor da UEG, Rafael Borges, explicou que a universidade já preparou um edital simplificado a ser lançado em dezembro para suprir as vagas dos docentes. No caso dos técnicos administrativos, serão chamadas as pessoas que estão na reserva técnica do último concurso público de servidores efetivos.

A instituição garante que o serviço de limpeza não será prejudicado, porque uma empresa terceirizada será contratada. Para o treinamento dos novos servidores e para a continuidade dos serviços vitais para a UEG, cerca de 50 servidores técnico-administrativos permanecerão trabalhando.

Rafael Borges, o reitor, frisa que, na UEG hoje, a maioria dos servidores é temporário, ou seja, foi contratada por período delimitado de um ano, com prorrogação de, no máximo, mais 365 dias. Com isso, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) recomendou, ainda em 2014, a redução desse tipo de contratação, quando os temporários representavam mais de 70% da folha.

“Existem casos de contratos que estão irregulares há 18 anos, praticamente desde que a UEG foi fundada”, complementa e destaca que a universidade existe há 20 anos. Ou seja, em 90% do seu tempo de existência houve contratos irregulares.

OPÇÃO(28/11)

Assistência jurídica

Governo Estadual antecipa repasse do pagamento de advogados dativos

novembro 28, 2019 4:46 ··· Por Luiz Phillipe Araújo ···

Montante de R$ 700 mil é referente a 424 processos abertos em diversas áreas de assistência jurídica à população carente



Foto: Fernando Leite/ Jornal Opção

O Governo Estadual decidiu por antecipar o repasse de pagamento dos advogados que atuaram na prestação de assistência jurídica à população carente. O montante de R$ 700 mil foi antecipado nesta quinta-feira, 28, pela Secretaria do Governo (Segov). O valor corresponde a 424 processos abertos por 261 profissionais de diversas áreas da advocacia.

O secretário do governo, Ernesto Roller afirma que o compromisso do governador Ronaldo Caiado (DEM) com advogados dativos está solidificado. "Em um ano não houve atraso e muito menos interrupção de repasse, como ocorreu durante anos em gestões anteriores", afirma o secretário do governo Ernesto Roller.

O repasse aos dativos é feito com recursos do Fundo de Apoio ao Pagamento de Dativos (Fundativo), composto por 2% da verba dos cartórios extrajudiciais. Atendendo a determinação do governador Ronaldo Caiado, a integralidade da arrecadação, descontados INSS e impostos devidos, é destinada à categoria. A liberação segue a ordem cronológica gerada por um sistema eletrônico.

O HOJE (29/11)

Bancada quer R$ 1,2 bi em emendas

Deputados federais por Goiás articulam em Brasília para enviar mais recursos para o Estado e auxiliar em demandas do Governo

Divulgação



Governador entregou a parlamentares, recentemente, lista de prioridades para atender áreas prioritárias do Executivo

Samuel Straioto

Está sendo analisada no Congresso Nacional a Proposta de Lei Orçamentária para 2020. Um desafio para a bancada goiana é de aumentar as receitas para o estado. Segundo a coordenadora da bancada goiana na Câmara, deputada Flávia Morais (PDT), para o ano que vem estão assegurados R$ 242 milhões em emendas impositivas. No entanto, há um esforço para que sejam acrescentados recursos não impositivos e isso pode fazer com que o valor das emendas subam para R$ 1, 2 bilhão.

O deputado federal João Campos (PRB), em entrevista ao Hoje, explicou que há conversas com relatores e sub-relatores de processos na Câmara dos deputados. Campos aposta em um bom diálogo na tentativa de conseguir viabilizar mais recursos para o estado. Foram escolhidas 15 prioridades para o governo.

"A bancada elege as prioridades e passa a dialogar com sub-relatores de cada área, eles sendo convencidos de cada área pode aumentar no orçamento está previsto. Até lá podem ter situações que não fiquem da forma como pretendemos. Temos um diálogo muito sadio" destacou o parlamentar.

O deputado federal Rubens Otoni (PT), argumentou que as questões tratadas pela bancada goiana são suprapartidárias e que tem como objetivo trazer mais recursos para o estado. Durante discurso em evento em que foram entregues retroescavadeiras para prefeituras, o governador Ronaldo Caiado, elogiou a postura de Otoni, destacando que independente das divergências, o que vale é a atender à população.

"A bancada federal tem trabalhado com muita maturidade e isso vem de algum tempo. Eu sou testemunha desse esforço há várias legislaturas e vamos aperfeiçoando este trabalho. Hoje independentemente de partido político o que se pensa é nos benefícios para o estado de Goiás e com isso todo mundo ganha, os deputados indicam os benefícios paras os municípios que eles tem ligação e com isso o estado todo tem contribuição. Estamos animados com a possibilidade de avançarmos nos recursos federais e fazer com que os municípios goianos que estão muito sacrificados, e os municípios menores ficam dependentes das emendas impositivas dos deputados e estamos tentando ampliar", declarou Otoni. **(Especial para O Hoje)**

O HOJE (29/11)

Alego adia votação do projeto que rescinde contrato da Enel

Emenda apresentada por um deputado da oposição impediu que proposta fosse votada ontem no plenário da Casa



Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregulariddades da Enel aprovou convocação do advogado da empresa

Venceslau Pimentel

A votação do projeto de lei que prevê a rescisão do contrato de serviço de distribuição de energia elétrica da Enel Goiás, para que seja encampada pela Celg GT, prevista para ontem, foi adiada para a próxima semana, por causa de uma emenda apresentada no plenário da Assembleia Legislativa pelo deputado Cláudio Meirelles (PTC).

A emenda prevê que seja observada a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que regula as concessões públicas no País, e determina que, caso o projeto seja aprovado pela Alego, o Estado deve baixar um decreto, num prazo de 72 horas, estipulando as condições para que o Governo assuma a distribuição de energia elétrica.

Meirelles diz considerar que o serviço prestado pela Enel é ruim, mas acredita que ficará muito pior se o Estado não tiver condições de assumir. "Por essas razões, eu já venho colocando nesses questitos que seja obedecida a lei federal", explica.

A proposta, de iniciativa do presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), e do deputado bruno Peixoto (MDB), líder do governo, estipula prazo de 72 horas para publicação de decreto contendo os procedimentos necessários para a integral operacionalização da encampação, após a sanção governamental.

A principal justificativa destacada pelos dois parlamentares é o frequente corte de energia elétrica no Estado, com os consequentes prejuízos causado aos consumidores. Ressaltam ainda que não se trata de cortes e prejuízos pontuais, mas de problemas generalizados em quase todo o Estado. "No Procon estadual, o índice de insatisfação dos usuários levou ao aumento de 46% nas reclamações registradas, somente nos dez primeiros meses deste ano, em comparação ao mesmo período do ano passado", argumentam.

"Também em razão do já exposto, necessário concluir que a má prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica pela Enel tem afetado também o atendimento à saúde, direito fundamental constitucional do cidadão, bem como o saneamento, pois têm ocorrido prejuízos ao tratamento do esgoto e da água e a sua distribuição à sociedade goiana", pontual Lissauer e Peixoto.

"Posto isto, verifica-se que a Enel não tem atendido ao contrato de distribuição de energia, e nada mais resta senão encampar o serviço de fornecimento de energia elétrica, cabendo ao Estado de Goiás assumir sua gestão", sustentam os dois parlamentares.

Representação

Em mais uma frente para tentar cassar a concessão da Enel, o deputado Alysson Lima (Republicanos) protocolou ontem, no Ministério Público Federal (MPF), uma representação contra a distribuidora italiana, por entender que a questão se trata de competência federal. O pedido é para que o órgão peça à Justiça Federal a cassação da concessão. "Esse contrato surgiu num órgão federal, que é a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). E o Ministério Público Federal pode já desenvolver, imediatamente, uma ação civil pública, pedindo o cancelamento imediato do contrato da Enel aqui no Estado de Goiás", aposta.

A venda da Celg D aconteceu em leilão realizado em novembro de 2016, na BM&Bovespa, em São Paulo, por R$ 2,187 milhões, com um ágio de 28%. Desse valor, coube ao estado de Goiás pouco menos de R$ 1 bilhão. O restante ficou com a Eletrobras, que detinha a maioria das ações, devido ao processo de federalização.

Convocação

Em reunião realizada ontem, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga irregularidades no fornecimento de energia elétrica no Estado, pela Enel, aprovou a convocação do advogado contratado pela empresa, Lúcio Flávio, que preside a Ordem dos Advogados do Brasil (Seção Goiás).

"Até agora ele só compareceu aqui como figura decorativa", justificou o deputado Alysson Lima, autor do pedido de convocação. A oitiva do diretor de Relacionamento Institucional da Enel, José Nunes, estava prevista para ontem. Mas ele não compareceu à reunião por força de uma liminar que conseguiu no Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO). **(Especial para O Hoje)**

O HOJE (29/11)

AJUDA FINANCEIRA

Governo busca avanço em critérios do RRF

Samuel Straioto



Entre as medidas do Governo estão a revisão dos incentivos fiscais

Desde o início do ano, o Estado tem feito diversos esforços para ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), do governo federal. O RRF foi instituído em 2017 como solução para a grave crise fiscal vivenciada por alguns estados. Para aderir ao regime, além de cumprir os requisitos de adesão previstos em lei, o estado precisa protocolar no Ministério da Economia o Plano de Recuperação Fiscal, no qual apresentará à União, o diagnóstico de sua situação fiscal, as projeções de suas contas sem os efeitos do RRF, as medidas de ajuste que adotará e, as projeções fiscais que contemplam o impacto destas medidas e dos demais efeitos do RRF. Ao enviar novos projetos a Assembleia, o governo procura atender critérios para ingresso.

Foi enviado projeto que altera o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado. Pela proposta ocorrerá uma adequação à concessão de Licença Prêmio, que passará a ser uma Licença Capacitação. Além disso, há mudanças relativas ao quinquênio. A PEC da Previdência estadual já extingue o benefício, e precisa ser alterado no Estatuto dos servidores. Outra medida é a proibição de saques de depósitos judiciais.

As ações visam fazer com que Goiás tenha condições para ingressar no Regime de Recuperação Fiscal. Liminar concedida pelo ministro do STF, Gilmar Mendes, em junho deste ano, autoriza Goiás a ingressar no Regime, mas para isso é preciso atender a algumas exigências.

"Isso foi para Assembleia, é exatamente o impacto das exigências que nós temos para podermos nos candidatar ao Regime de Recuperação Fiscal para sairmos dessa condição de impedimento do Tesouro Nacional por estarmos na letra C", afirmou o governador de Goiás, Ronaldo Caiado sobre os projetos enviados à Assembleia Legislativa sobre o assunto.

O Tesouro Nacional divulgou uma cartilha no final de setembro definindo critérios de adesão ao RRF e ainda destacando os benefícios da entrada no Regime de Recuperação Fiscal. Originalmente, para conseguir entrar no regime, Goiás teria que responder a três requisitos: a Receita Corrente Líquida (RCL) tem que ser menor do que a dívida consolidada ao fim do último exercício; o somatório das despesas com pessoal, juros e amortizações tem que ser igual ou maior que 70% da RCL; e o valor total de obrigações tem que ser superior às disponibilidades de caixa. Na cartilha foram apresentados outros pontos:

- Concessão de reajustes a servidores e empregados públicos e militares além da revisão anual assegurada pela Constituição Federal;
- Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
- Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- Admissão ou a contratação de pessoal, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e as decorrentes de vacância de cargo efetivo ou vitalício;
- Realização de concurso público, ressalvadas as hipóteses de reposição de vacância;
- Criação ou a majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza a servidores e empregados públicos e de militares;
- Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;
- Reajuste de despesa obrigatória acima do IPCA ou da variação anual da receita corrente líquida;
- Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, ressalvados os concedidos nos termos da alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.
- Empenho ou a contratação de despesas com publicidade e propaganda, exceto para aquelas de utilidade pública (saúde, segurança, educação no trânsito, dentre outras);
- Celebração de convênio, acordo, ajuste ou outros tipos de instrumentos que envolvam transferência para outros entes federativos ou para organizações da sociedade civil, excetuados aqueles necessários para a recuperação fiscal, a renovação daqueles já vigentes, dos realizados em parceira com organizações sociais e que impliquem redução de despesa, comprovada pelo Conselho de Supervisão de que trata o art. 6º da Lei Complementar nº 159/2017 e os destinados a serviços essenciais, a situações emergenciais, a atividades de assistência social relativas a ações voltadas para pessoas com deficiência, idosos e mulheres jovens em situação de risco e, suplementarmente, ao cumprimento de limites constitucionais;
- Contratação de operações de crédito não previstas no Plano de Recuperação Fiscal;
- Realização de saques em contas de depósitos judiciais, ressalvados aqueles permitidos pela Lei Complementar nº 151/2015, enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva; e Proposição ou manutenção de ação judicial que discuta a dívida ou o contrato de dívida com a União administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Em andamento

Das medidas colocadas, o governo tenta avançar em critérios limitando gastos com servidores públicos, e a não utilização de depósitos judiciais, embora o governo reconheça o uso dos recursos neste ano para ajudar a quitar a folha do mês de dezembro do ano de 2018. **(Especial para O Hoje)**

O HOJE (29/11)

INFRAESTRUTURA

Governo entrega 113 retroescavadeiras a municípios

Eduardo Marques



80 prefeituras goianas foram beneficiadas com o maquinário avaliado em R$ 113 milhões

Fruto de emenda parlamentar da bancada federal goiana de 2018, em forma de contrato de repasse no valor de R$ 113 milhões, o governador Ronaldo Caiado (DEM) entregou na manhã hoje (28) no pátio da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), em Goiânia, 113 retroescavadeiras para 80 Prefeituras goianas.

O contrato de repasse de patrulha mecanizada foi estabelecido entre o Governo Estadual e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A entrega foi feita apenas aos municípios que estão com a documentação regular e cujos prefeitos assinaram o Termo de Cessão de Uso.

Em coletiva de imprensa, o democrata frisou que os parlamentares, inclusive os de oposição, não mediram esforços e se empenharam para buscar recursos ao Estado. "Isso mostra a unidade da nossa bancada. Independente de sigla partidária, essa entrega é de 2018 e na época era Senador da República, onde reunimos e decidimos o que deveria ser feito. E aquele repasse era então para ser determinado que viesse na compra de retroescavadeiras. De uma forma impessoal, nos empenhamos para uma força maior, que é servir ao povo goiano", disse.

Caiado aproveitou a oportunidade para anunciar que até o fim de fevereiro de 2020 o Governo entregará mais 99 retroescavadeiras às Prefeituras, totalizando 212. "Isso mostra o quanto estamos atendendo os municípios de Goiás. E ainda tem outra emenda de R$ 70 milhões que tem uma pendência jurídica. Estamos lutando para reverter a situação para compra de imprementos", enalteceu.

Segundo o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Carlos de Souza Lima Neto, essas máquinas são importantes, porque contribuem para que as prefeituras possam realizar diferentes serviços. "Esse maquinário já tem feito a diferença no trabalho realizado pelas Prefeituras goianas e farão ainda mais. São equipamentos que ajudam na manutenção e na preservação de estradas, no desenvolvimento dos municípios e proporcionam melhoria na qualidade de vida para a população", destaca.

A Prefeitura de Santa Cruz de Goiás foi uma das beneficiadas com a entrega do maquinário no início deste ano. De acordo com o prefeito Mateus Felix Lopes, o município recebeu um caminhão e um trator com concha agrícola. "Essas máquinas têm sido utilizadas na pasta que cuida da manutenção de estradas vicinais. Além disso, estão sendo utilizadas na construção de pontes, mata-burros e bueiros. Nosso município é muito grande, com mais de mil propriedades rurais. Então, esse maquinário veio em ótima hora", destaca.

Ele acrescenta ainda que a administração atual tem tomado cuidado para manter os equipamentos em perfeito estado de conservação para que, com isso, o serviço seja prestado de uma forma constante para a população. "No último mandato, a administração de Santa Cruz de Goiás teve cinco prefeitos. Então a Prefeitura, com relação aos maquinários, ficou em um estado deplorável, praticamente sucateados. Nós reformamos muitos equipamentos, mas estes cedidos pelo governo estadual foram nossa salvação, inclusive sendo utilizados para atender o pequeno produtor e o agricultor familiar", ressalta.

Outra Prefeitura que recebeu os maquinários foi a de Araguapaz. O prefeito Gabriel Fornieles disse esperava o benefício há 4 anos. Para ele, a frota estava estava sucateada. "A população agradece por esse repasse que o Caiado fornecendo a nossa cidade". Ele ressalta que as máquinas irão contribuir para a economia local. "O município tem dois assentamentos rurais e com certeza os maquinários vão ajudar os produtores locais", frisou.

A Prefeitura de Itumbiara também recebeu maquinário do contrato de repasse de patrulha mecanizada. Foram uma motoniveladora e um caminhão basculante. Segundo o prefeito José Antônio, as máquinas foram integradas à frota do município para a realização de manutenção de estradas vicinais. "Representam um importante reforço e assim possibilitam garantir uma melhor trafegabilidade aos usuários, especialmente nesse período de plantio, no transporte escolar e no futuro escoamento da safra de grãos e cana-de-açúcar. Esses equipamentos proporcionam ganhos econômicos e sociais, além de maior segurança e conforto a todos usuários das vias", enfatiza. **(Especial para O Hoje)**